



EXERCÍCIO 2024

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BREJÃO



**BALANÇO FINANCEIRO
ÍSOADO**

ERIVAN LOPES PEIXOTO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

ISOLADO: 6 - FME- FUNDO MUN. DE EDUCACAO DE BREJAO

Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA

https://eic.ipe.gov.br/validaDocumento.aspx?CodigoDoDocumento=d9fb36b4-78f9-448c-8f33-40febcb998fa

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		27.196.754,18	21.793.224,99	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		31.170.553,44	23.995.590,87
RECURSOS NÃO VINCULADOS		390.614,15	222.124,82	RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		31.170.553,44	23.995.590,87
RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		26.806.140,03	21.571.100,17	RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		31.170.553,44	23.995.590,87
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		26.806.140,03	21.571.100,17	RECURSOS NÃO VINCULADOS		0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		0,00	0,00	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		3.616.347,18	2.515.894,95	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		3.616.347,18	2.515.894,95	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	0,00
REPASSE RECEBIDO		3.616.347,18	2.515.894,95	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		4.338.475,22	4.340.355,87
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		3.733.065,83	4.883.409,06	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		602.363,86	60.950,25
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		0,00	598.773,86	RP PROCESSADOS PAGOS		602.363,86	60.950,25
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	598.773,86	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	0,00	RP PROCESSADOS PAGOS		0,00	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		3.279.441,20	2.752.333,02
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		3.276.647,67	2.758.667,74	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		176.878,14	128.756,95
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		177.592,46	130.474,70	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		776.955,59	465.771,03
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		775.792,54	466.934,52	ISS		53.148,13	25.015,15
ISS		53.148,13	25.118,08	OUTROS DEPÓSITOS		24.867,55	51.439,92
OUTROS DEPÓSITOS		23.448,52	52.858,95	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		1.759,37	0,00
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		0,00	1.759,37	PENSÃO ALIMENTÍCIA		19.086,92	14.918,68
PENSÃO ALIMENTÍCIA		19.086,92	14.918,68	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		269.505,11	251.097,39
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		270.555,11	250.368,84	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		890.272,15	792.169,24
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		890.558,05	792.208,22	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		17.092,22	0,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		17.092,22	0,00	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.049.876,02	1.023.164,66
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.049.373,72	1.024.026,38	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		456.670,16	1.527.072,60
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		456.418,16	1.525.967,46	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		5.648,00	27.007,92
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		5.648,00	25.902,78	MATERNIDADE PAGO			
MATERNIDADE PAGO				VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		451.022,16	1.500.064,68

ERIVAN LOPES PEIXOTO
SECRETARIO DE EDUCAÇÃO
434.629.284-49

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE DE LIRA NETO
TESOUREIRO
103.218.494-93

FME- FUNDO MUN. DE EDUCACAO DE BREJAO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
DEZEMBRO(31/12/2024)

ISOLADO: 6 - FME- FUNDO MUN. DE EDUCACAO DE BREJAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		450.770,16	1.500.064,68	<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		217.616,79	1.180.478,26
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		1.180.478,26	323.896,00	<u>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)</u>		<u>217.616,79</u>	<u>1.180.478,26</u>
<u>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)</u>		<u>1.180.478,26</u>	<u>323.896,00</u>	CONTA ÚNICA		216.922,65	1.174.855,63
CONTA ÚNICA		1.174.855,63	1.034,46	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		694,14	5.622,63
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		5.622,63	322.861,54	<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	TOTAL		35.726.645,45	29.516.425,00
TOTAL		35.726.645,45	29.516.425,00				

ERIVAN LOPES PEIXOTO
SECRETARIO DE EDUCAÇÃO
434.629.284-49

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE DE LIRA NETO
TESOUREIRO
103.218.494-93



FME- FUNDO MUN. DE EDUCACAO DE BREJAO

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

DEZEMBRO(31/12/2024)

ISOLADO: 6 - FME- FUNDO MUN. DE EDUCACAO DE BREJAO

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 1

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO		EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
		Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
0	RECURSOS NÃO VINCULADOS	390.614,15	0,00	390.614,15	222.124,82	0,00	222.124,82
		390.614,15	0,00	390.614,15	222.124,82	0,00	222.124,82
1	RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)	26.806.140,03	0,00	26.806.140,03	21.571.100,17	0,00	21.571.100,17
ED	RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	26.806.140,03	0,00	26.806.140,03	21.571.100,17	0,00	21.571.100,17
TOTAL		27.196.754,18	0,00	27.196.754,18	21.793.224,99	0,00	21.793.224,99

ERIVAN LOPES PEIXOTO

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO

434.629.284-49

EDER MARCONE VIEIRA

CONTADOR

042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE DE LIRA NETO

TESOUREIRO

103.218.494-93



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA

Acesse em: <https://etce.ice-pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 09fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb098fa5



a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Educação - FME
CNPJ: 30.820.772/0001-30

a.2. Domicílio da entidade

Praça Melquiades Bernardo, 01
Centro - Brejão - PE
CEP 55325-000

a.3. Dados do gestor

ERIVAN LOPES PEIXOTO
SECRETARIO DE EDUCAÇÃO
CPF: 434.629.284-49

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

EDER MARCONI VIEIRA
CRC: PE - 027904/0-8

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO concebida quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2024 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1007 de 16 de outubro de 2023 (LOA 2024). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06 (atualizado em Dezembro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de BREJÃO:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BREJÃO - PE

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.



b.2. Bases de mensuração utilizadas

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis



ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.



c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

c.1. Notas com Referências Cruzadas

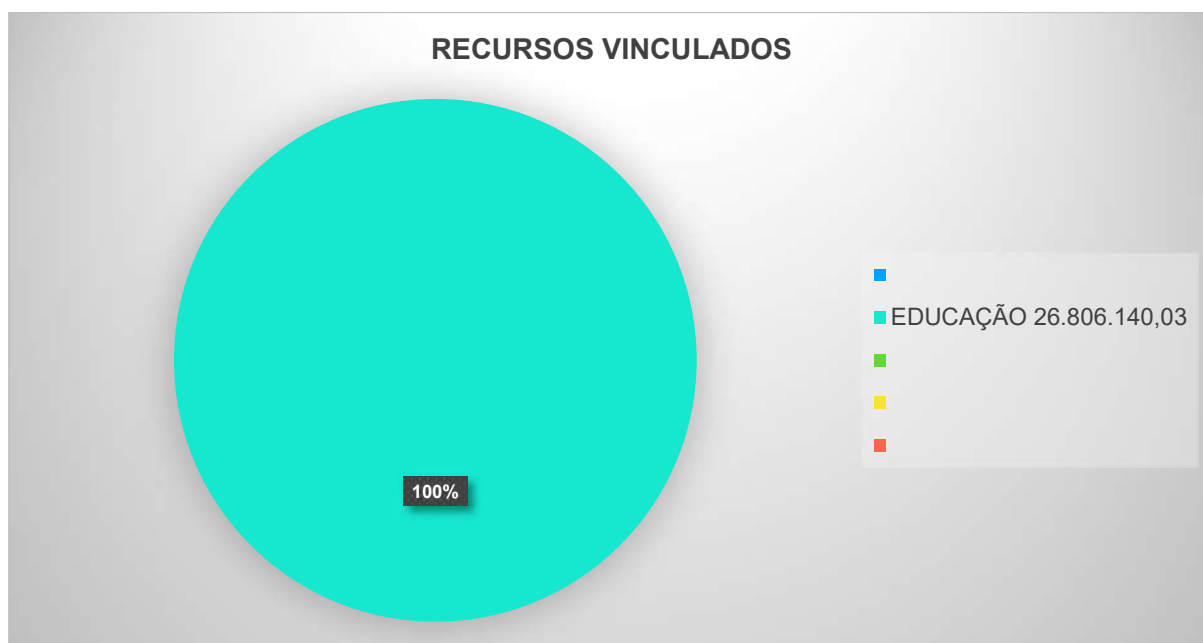
A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

Nota 1: Receita Orçamentária

Os ingressos orçamentários do exercício de 2024 totalizaram R\$ 27.196.754,18. Houve um aumento de R\$ 5.403.529,19 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 21.793.224,99.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		<u>27.196.754,18</u>	<u>21.793.224,99</u>
RECURSOS NÃO VINCULADOS		<u>390.614,15</u>	<u>222.124,82</u>
RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		<u>26.806.140,03</u>	<u>21.571.100,17</u>
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		<u>26.806.140,03</u>	<u>21.571.100,17</u>
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

1.1 : RECURSOS VINCULADOS



1.2: RECURSOS NÃO VINCULADOS :

RECURSOS NÃO VINCULADOS

390.614,15

Nota 2: Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 3.616.347,18. Houve um aumento de R\$ 1100452,23 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 2.515.894,95.



Notta 3: Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizam R\$ 3.733.065,83, sendo R\$ 3.276.647,67 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar não-processados, R\$ 0,000 decorrentes de inscrito de restos a pagar processados e R\$ 456.418,16 decorrentes de outros recebimentos extra-orçamentários.

Nota 4: Saldo do exercício anterior

O saldo disponível em 31/12/2023 foi de R\$ 1.180.478,26, sendo R\$ 1.180.478,26 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

Nota 5: Despesa orçamentaria

O despesa orçamentária empenhada do exercício de 2024 totalizaram R\$ 31.170.553,44. Houve um aumento de R\$ 7.174.962,57 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 23.995.590,87.

Nota 6: Transferências financeiras concedidas

O valor das transferências concedidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras concedidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 0,00. Houve um aumento de R\$ 0,00 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 0,00.

Nota 7: Desembolsos extra orçamentários

Os desembolsos extra orçamentários totalizam R\$ 4.338.475,22, sendo R\$ 3.279.441,20 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 456.670,16 decorrentes de outros pagamentos extra-orçamentários, R\$ 0,00 decorrentes de pagamentos de restos a pagar não-processados e R\$ 602.363,86 decorrentes de pagamentos de restos a pagar processados.

Nota 8: Saldo para o exercício seguinte

O saldo disponível em 31/12/2024 foi de R\$ 217.616,79, sendo R\$ 217.616,79 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Resultado financeiro do período

O saldo final do exercício de 2024 totalizaram R\$ 217.616,79. Houve uma diminuição de R\$ 962.861,47 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 1.180.478,26.

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

+	Saldo do Exercício Anterior	1.180.478,26
+	Receita Orçamentária	27.196.754,18
+	Transferências Financeiras Recebidas	3.616.347,18
+	Recebimentos Extra Orçamentários	3.733.065,83
-	Despesas Orçamentárias	31.170.553,44
-	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
-	Pagamentos Extra Orçamentários	4.338.475,22
=	Saldo para o Exercício Seguinte	217.616,79

d.2. Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

d.3. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.4. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.



d.5. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.6. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		3.616.347,18	2.515.894,95	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		3.616.347,18	2.515.894,95	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
REPASSE RECEBIDO		3.616.347,18	2.515.894,95	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APOORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APOORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APOORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APOORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APOORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):

Para Execução Orçamentária R\$ 3.616.347,18

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):

Para Execução Orçamentária R\$ 0,00

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

f) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

h) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanço Financeiro

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO - PE

Nota Explicativa
Balanco Financeiro
Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://etce.ice-pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d9fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40e0bc998fa5



EXERCÍCIO 2024

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



**BALANÇO FINANCEIRO
ISOLADO**

ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
DEZEMBRO(31/12/2024)

ISOLADO: 3 - FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 1

INGRESSOS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		12.024.251,45	7.193.594,35
RECURSOS NÃO VINCULADOS		2.554,66	107.315,04
RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		12.021.696,79	7.086.279,31
RECURSOS VINCULADOS À OUTRAS DESTINAÇÕES		462.600,74	1.319,01
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		11.559.096,05	7.084.960,30
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		4.726.512,56	5.791.744,98
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		4.726.512,56	5.791.744,98
REPASSE RECEBIDO		4.726.512,56	5.791.744,98
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		970.224,06	1.969.759,50
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		17.203,39	1.100.127,58
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		17.203,39	1.100.127,58
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		953.020,67	858.818,40
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		139.167,61	86.999,31
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		85.318,19	54.647,46
ISS		2.729,31	1.415,38
OUTROS DEPÓSITOS		12.664,16	11.926,33
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		0,00	9.633,26
PENSÃO ALIMENTÍCIA		17.227,24	18.250,70
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		62.756,99	67.185,71
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		324.030,48	317.557,98
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		6.099,84	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		303.026,85	291.202,27
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		0,00	10.813,52
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		0,00	10.813,52

DISPÊNDIOS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		16.700.710,59	13.562.423,38
RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		16.700.710,59	13.562.423,38
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		16.700.710,59	13.562.423,38
RECURSOS NÃO VINCULADOS		0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		2.205.973,89	1.234.837,34
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		1.114.290,72	506.263,37
RP PROCESSADOS PAGOS		1.114.290,72	506.263,37
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		0,00	0,00
RP PROCESSADOS PAGOS		0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		1.091.622,77	713.720,38
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		147.739,70	76.821,08
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		139.965,65	0,00
ISS		2.729,31	1.415,38
OUTROS DEPÓSITOS		24.590,49	0,00
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		9.633,26	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		17.163,70	18.250,70
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		67.617,21	61.890,50
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		350.861,31	290.727,10
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		6.099,84	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		325.222,30	264.615,62
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		60,40	14.853,59
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		0,00	14.853,59
MATERNIDADE PAGO			
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		60,40	0,00

Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA

ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA
SEC DE SAÚDE
090.560.314-14

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE LIRA NETO
TESOUREIRO
103.218.494-93

Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Assentado em: https://epec-tec.pe.gov.br/eppp/validaDocseam
Código do documento: 09fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb098fa5

FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 2

ISOLADO: 3 - FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
MATERNIDADE PAGO				<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		<u>269.153,07</u>	<u>1.454.849,48</u>
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)</u>		<u>269.153,07</u>	<u>1.454.849,48</u>
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		<u>1.454.849,48</u>	<u>1.297.011,37</u>	CONTA ÚNICA		132.079,86	897.473,34
<u>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)</u>		<u>1.454.849,48</u>	<u>1.297.011,37</u>	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		137.073,21	557.376,14
CONTA ÚNICA		897.473,34	6.839,85	<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		557.376,14	1.290.171,52	TOTAL		19.175.837,55	16.252.110,20
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>				
TOTAL		19.175.837,55	16.252.110,20				

ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA
SEC DE SAÚDE
090.560.314-14

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE LIRA NETO
TESOUREIRO
103.218.494-93



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Assentado em: https://eicce.te.pb.gov.br/app/validaDocumentoam Código do documento: d9fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40febcb998fa5

FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

DEZEMBRO(31/12/2024)

ISOLADO: 3 - FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 1

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
0 RECURSOS NÃO VINCULADOS	2.554,66	0,00	2.554,66	107.315,04	0,00	107.315,04
1 RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)	2.554,66	0,00	2.554,66	107.315,04	0,00	107.315,04
1749000017490000 OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS (RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE)	12.021.696,79	0,00	12.021.696,79	7.086.279,31	0,00	7.086.279,31
OU RECURSOS VINCULADOS À OUTRAS DESTINAÇÕES	462.600,74	0,00	462.600,74	1.319,01	0,00	1.319,01
SD RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	11.559.096,05	0,00	11.559.096,05	0,00	0,00	0,00
TOTAL	12.024.251,45	0,00	12.024.251,45	7.084.960,30	0,00	7.084.960,30
				7.193.594,35	0,00	7.193.594,35

ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA
SEC DE SAÚDE
090.560.314-14

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE LIRA NETO
TESOUREIRO
103.218.494-93



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://etce.ice-pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 09fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb098fa5

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO - PE

Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº 4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONI VIEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d9fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb998f5

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.230.311/0001-63

a.2. Domicílio da entidade

Praça Melquiades Bernardo, 01
Centro - Brejão - PE
CEP 55325-000

a.3. Dados do gestor

ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA
SEC DE SAÚDE
CPF: 090.560.314-14

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

EDER MARCONI VIEIRA
CRC: PE - 027904/0-8

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

A Prefeitura Municipal de Brejão concebida quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 124-4 "Município" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2024 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1007 de 16 de outubro de 2023 (LOA 2024). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06 (atualizado em Dezembro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de BREJÃO:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO - PE

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO - PE

Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://eetce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d9fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb998fa5

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO - PE

Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº 4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: d9fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb998fa5

ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO - PE

Nota Explicativa
Balanço Financeiro
Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d9fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb098fa5

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

c.1. Notas com Referências Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		12.024.251,45	7.193.594,35
RECURSOS NÃO VINCULADOS		2.554,66	107.315,04
RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		12.021.696,79	7.086.279,31
RECURSOS VINCULADOS À OUTRAS DESTINAÇÕES		462.600,74	1.319,01
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		11.559.096,05	7.084.960,30
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		0,00	0,00

Nota 1: Receita Orçamentária

Os ingressos orçamentários do exercício de 2024 totalizaram R\$ 12.024.251,45. Houve um aumento de R\$ 4.830.657,10 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 7.193.594,35.

1.1 : RECURSOS VINCULADOS

RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)	12.021.696,79	7.086.279,31
RECURSOS VINCULADOS À OUTRAS DESTINAÇÕES	462.600,74	1.319,01
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	11.559.096,05	7.084.960,30
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS	0,00	0,00



1.2: RECURSOS NÃO VINCULADOS :

RECURSOS NÃO VINCULADOS	2.554,66
-------------------------	----------

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO - PE

Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d9fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb998fa5

Nota 2: Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 4.726.512,56. Houve uma diminuição de R\$ 1.065.232,42 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 5.791.744,98.

Nota 3: Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizam R\$ 970.224,06, sendo R\$ 953.020,67 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar não-processados, R\$ 17.203,39 decorrentes de inscrito de restos a pagar processados e R\$ 0,00 decorrentes de outros recebimentos extra-orçamentários.

Nota 4: Saldo do exercício anterior

O saldo disponível em 31/12/2023 foi de R\$ 1.454.849,48, sendo R\$ 1.454.849,48 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

Nota 5: Despesa orçamentaria

O despesa orçamentária empenhada do exercício de 2024 totalizaram R\$ 16.700.710,59. Houve um aumento de R\$ 3.138.287,21 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 13.562.423,38.

Nota 6: Transferências financeiras concedidas

O valor das transferências concedidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras concedidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 0,00. Houve um aumento de R\$ 0,00 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 0,00.

Nota 7: Desembolsos extra orçamentários

Os desembolsos extra orçamentários totalizam R\$ 2.205.973,89, sendo R\$ 1.091.622,77 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 60,40 decorrentes de outros pagamentos extra-orçamentários, R\$ 0,00 decorrentes de pagamentos de restos a pagar não-processados e R\$ 1.114.290,72 decorrentes de pagamentos de restos a pagar processados.

Nota 8: Saldo para o exercício seguinte

O saldo disponível em 31/12/2024 foi de R\$ 269.153,07, sendo R\$ 269.153,07 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Resultado financeiro do período

O saldo final do exercício de 2024 totalizaram R\$ 269.153,07. Houve uma diminuição de R\$ 1.185.696,41 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 1.454.849,48.

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

+	Saldo do Exercício Anterior	1.454.849,48
+	Receita Orçamentária	12.024.251,45
+	Transferências Financeiras Recebidas	4.726.512,56
+	Recebimentos Extra Orçamentários	970.224,06
-	Despesas Orçamentárias	16.700.710,59
-	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
-	Pagamentos Extra Orçamentários	2.205.973,89
=	Saldo para o Exercício Seguinte	269.153,07

d.2. Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

d.3. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO - PE

Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONI VIEIRA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d9fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb998fa5

d.4. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

d.5. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.6. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		4.726.512,56	5.791.744,98	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		4.726.512,56	5.791.744,98	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
REPASSE RECEBIDO		4.726.512,56	5.791.744,98	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APOortes DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APOortes DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APOortes DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APOortes DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00				

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):

Para Execução Orçamentária R\$ 4.726.512,56

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):

Para Execução Orçamentária R\$ 0,00

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

f) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

h) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanço Financeiro

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA
SEC DE SAÚDE CPF: 090.560.314-14

EDER MARCONI VIEIRA
CONTADOR CRC: PE - 027904/0-8



EXERCÍCIO 2024

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



**BALANÇO FINANCEIRO
ÍSOLO**

FRANCISCA ANDRÉA SANTANA DE GODOY
SECRETÁRIA DE AÇÃO SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BREJAO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 1

ISOLADO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BREJAO

INGRESSOS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		961.115,99	651.783,55
RECURSOS NÃO VINCULADOS		17.110,95	16.305,74
RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		944.005,04	635.477,81
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		944.005,04	635.477,81
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.761.915,94	1.185.030,31
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		1.761.915,94	1.185.030,31
REPASSE RECEBIDO		1.761.915,94	1.185.030,31
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		147.256,33	324.764,51
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		0,00	181.497,83
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	181.497,83
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		140.288,33	134.098,68
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		53.432,72	54.294,27
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		8.108,96	7.981,18
ISS		2.087,03	2.451,76
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		725,13	910,07
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		167,00	0,00
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		32.918,00	26.615,57
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		16.104,46	17.790,54
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		26.745,03	24.055,29
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		6.968,00	9.168,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		6.968,00	9.168,00
MATERNIDADE PAGO			
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00

DISPÊNDIOS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		2.471.716,28	2.109.143,78
RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		2.471.716,28	2.109.143,78
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		2.471.716,28	2.109.143,78
RECURSOS NÃO VINCULADOS		0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		348.339,59	254.326,19
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		183.035,83	21.945,50
RP PROCESSADOS PAGOS		183.035,83	21.945,50
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		0,00	0,00
RP PROCESSADOS PAGOS		0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		156.581,76	126.365,62
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		57.567,57	49.853,01
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		15.643,22	446,92
ISS		2.087,03	2.451,76
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		1.635,20	0,00
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		167,00	0,00
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		35.149,74	33.414,14
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		17.587,00	16.307,94
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		26.745,00	23.891,85
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		8.722,00	106.015,07
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		8.472,00	13.316,00
MATERNIDADE PAGO			
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		250,00	92.699,07
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		172.684,61	122.452,22

Ente: https://eicf-ce-pe.gov.br/epi/validaDoc.seam?Codigo_documento: d9fb30b4-78f9-448c-8f33-40feb5998faa

Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA

FRANCISCA ANDRÉA SANATANA DE GODOY
SEC DE AÇÃO SOCIAL
843.423.074-72

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE LIRA N.
TESOUREIRO
103.218.494-93



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Assesment: https://etce-tee-pe.gov.br/etpp/validaDoc/seam Código do documento: 09fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40febce998fa5

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BREJAO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 2
Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Acesso em: <https://eicf.cic.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 09fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb098fa5

ISOLADO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BREJAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR			324.343,82	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)			122.452,22
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)			324.343,82	CONTA ÚNICA			81.213,18
CONTA ÚNICA			34.377,58	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA			41.239,04
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA			289.966,24	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS			0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS			0,00	TOTAL			2.485.922,19
TOTAL			2.992.740,48				2.992.740,48

FRANCISCA ANDRÉA SANATANA DE GODOY
SEC DE AÇÃO SOCIAL
843.423.074-72

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE LIRA N.
TESOUREIRO
103.218.494-93

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BREJAO

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

DEZEMBRO(31/12/2024)

ISOLADO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BREJAO

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 1

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO		EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
		Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
0	RECURSOS NÃO VINCULADOS	17.110,95	0,00	17.110,95	16.305,74	0,00	16.305,74
		17.110,95	0,00	17.110,95	16.305,74	0,00	16.305,74
1	RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)	944.005,04	0,00	944.005,04	635.477,81	0,00	635.477,81
AS	RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	944.005,04	0,00	944.005,04	635.477,81	0,00	635.477,81
TOTAL		961.115,99	0,00	961.115,99	651.783,55	0,00	651.783,55

FRANCISCA ANDRÉA SANATANA DE GODOY
SEC DE AÇÃO SOCIAL
843.423.074-72

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE LIRA N.
TESOUREIRO
103.218.494-93



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://etce.ice-pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 09fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb098fa5



a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Assistência Social de Brejão
CNPJ 14.628.090/0001-74

a.2. Domicílio da entidade

Praça Melquiades Bernardo, 01
Centro - Brejão - PE
CEP 55325-000

a.3. Dados do gestor

NOME: FRANCISCA ANDRÉA SANATANA DE GODOY
CARGO: SEC DE AÇÃO SOCIAL
CPF: 843.423.074-72

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

EDER MARCONI VIEIRA
CRC: PE - 027904/0-8

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2024 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1007 de 16 de outubro de 2023 (LOA 2024). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06 (atualizado em Dezembro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de BREJÃO:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO - PE

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.



b.2. Bases de mensuração utilizadas

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis



ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.



c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

c.1. Notas com Referências Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

Nota 1: Receita Orçamentária

Os ingressos orçamentários do exercício de 2024 totalizaram R\$ 961.115,99. Houve um aumento de R\$ 309.332,44 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 651.783,55.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		961.115,99	651.783,55
RECURSOS NÃO VINCULADOS		17.110,95	16.305,71
RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		944.005,04	635.477,84
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		944.005,04	635.477,84
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		0,00	0,00

1.1 : RECURSOS VINCULADOS



1.2: RECURSOS NÃO VINCULADOS :

RECURSOS NÃO VINCULADOS	17.110,95
-------------------------	-----------

Nota 2: Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 1.761.915,94. Houve um aumento de R\$ 576.886,63 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 1.185.030,31.



Notta 3: Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizam R\$ 147.256,33, sendo R\$ 140.288,33 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar não-processados, R\$ 0,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar processados e R\$ 6.968,00 decorrentes de outros recebimentos extra-orçamentários.

Nota 4: Saldo do exercício anterior

O saldo disponível em 31/12/2023 foi de R\$ 122.452,22, sendo R\$ 122.452,22 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

Nota 5: Despesa orçamentaria

O despesa orçamentária empenhada do exercício de 2024 totalizaram R\$ 2.471.716,28. Houve um aumento de R\$ 15.273.844,84 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 56.305.234,81.

Nota 6: Transferências financeiras concedidas

O valor das transferências concedidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras concedidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 0,00. Houve um aumento de R\$ 0,00 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 0,00.

Nota 7: Desembolsos extra orçamentários

Os desembolsos extra orçamentários totalizam R\$ 348.339,59, sendo R\$ 156.581,76 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 8.722,00 decorrentes de outros pagamentos extra-orçamentários, R\$ 0,00 decorrentes de pagamentos de restos a pagar não-processados e R\$ 183.035,83 decorrentes de pagamentos de restos a pagar processados.

Nota 8: Saldo para o exercício seguinte

O saldo disponível em 31/12/2024 foi de R\$ 172.684,61, sendo R\$ 172.684,61 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Resultado financeiro do período

O saldo final do exercício de 2024 totalizaram R\$ 172.684,61. Houve um aumento de R\$ 50.232,39 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 122.452,22.

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

+	Saldo do Exercício Anterior	122.452,22
+	Receita Orçamentária	961.115,99
+	Transferências Financeiras Recebidas	1.761.915,94
+	Recebimentos Extra Orçamentários	147.256,33
-	Despesas Orçamentárias	2.471.716,28
-	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
-	Pagamentos Extra Orçamentários	348.339,59
=	Saldo para o Exercício Seguinte	172.684,61

d.2. Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

d.3. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.4. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.



d.5. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.6. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.761.915,94	1.185.030,31	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		1.761.915,94	1.185.030,31	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
REPASSE RECEBIDO		1.761.915,94	1.185.030,31	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):

Para Execução Orçamentária R\$ 1.791.915,94

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):

Para Execução Orçamentária R\$ 0,00

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

f) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

h) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanço Financeiro

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.



EXERCÍCIO 2024

FUNDO DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



**BALANÇO FINANCEIRO
ÍSOLO**

FRANCISCA ANDRÉA SANTANA DE GODOY
SECRETÁRIA DE AÇÃO SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 1

Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA

Acesso em: https://etce.ite.pe.gov.br/epm/validaDocumento.do?codigo=29fb36b4-78f9-4a8e-8f33-40feb098fa5

ISOLADO: 7 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		658,32	288,12	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		193.871,66	183.084,59
RECURSOS NÃO VINCULADOS		658,32	288,12	RECURSOS NÃO VINCULADOS		0,00	183.084,59
RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		0,00	0,00	RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		193.871,66	0,00
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		0,00	0,00	RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		193.871,66	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		195.500,00	183.200,00	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		195.500,00	183.200,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
REPASSE RECEBIDO		195.500,00	183.200,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		12.910,54	10.099,41	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		16.405,54	6.604,41
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		0,00	3.000,00	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		3.000,00	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	3.000,00	RP PROCESSADOS PAGOS		3.000,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	0,00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		0,00	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	0,00	RP PROCESSADOS PAGOS		0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		12.910,54	7.099,41	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		13.405,54	6.604,41
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		11.289,14	7.099,41	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		11.784,14	6.604,41
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		1.621,40	0,00	OUTROS CONSIGNATÁRIOS		1.621,40	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		3.998,83	100,30	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		2.790,49	3.998,83
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)		3.998,83	100,30	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)		2.790,49	3.998,83
CONTA ÚNICA		3.998,83	100,30	CONTA ÚNICA		2.790,49	3.998,83
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
TOTAL		213.067,69	193.687,83	TOTAL		213.067,69	193.687,83

FRANCISCA ANDRÉA SANATANA DE GODOY

SEC DE AÇÃO SOCIAL

843.423.074-72

EDER MARCONE VIEIRA

CONTADOR

042.014.874-40

JOSE CADENGUE LIRA NETO

TESOUERIRO

103.218.494-93

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

ISOLADO: 7 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 09fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb098fa5

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
0 RECURSOS NÃO VINCULADOS	658,32	0,00	658,32	288,12	0,00	288,12
	658,32	0,00	658,32	288,12	0,00	288,12
TOTAL	658,32	0,00	658,32	288,12	0,00	288,12

FRANCISCA ANDRÉA SANATANA DE GODOY
SEC DE AÇÃO SOCIAL
843.423.074-72

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

JOSE CADENGUE LIRA NETO
TESOUERIRO
103.218.494-93

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº 4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d9fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb998fa5

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

FMDCA Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNPJ: 47.944.956/0001-05

a.2. Domicílio da entidade

Praça Melquiades Bernardo, 01
Centro - Brejão - PE
CEP 55325-000

a.3. Dados do gestor

NOME: FRANCISCA ANDRÉA SANATANA DE GODOY
CARGO: SEC DE AÇÃO SOCIAL
CPF: 843.423.074-72

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

EDER MARCONI VIEIRA
CRC: PE - 027904/0-8

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL concebida quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2024 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1007 de 16 de outubro de 2023 (LOA 2024). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06 (atualizado em Dezembro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de BREJÃO:

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - PE

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA. EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d9fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb998fa5

b.2. Bases de mensuração utilizadas

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº 4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d9fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb998fa5

ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: d9fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb998fa5

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

c.1. Notas com Referências Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

Nota 1: Receita Orçamentária

Os ingressos orçamentários do exercício de 2024 totalizaram R\$ 658,32. Houve um aumento de R\$ 370,20 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 288,12.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		658,32	288,12
RECURSOS NÃO VINCULADOS		658,32	288,12
RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		0,00	0,00

Nota 2: Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas do exercício de 2024, foi de R\$ 195.500,00 composto por transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 195.500,00. Houve um aumento de R\$ 12.300,00 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 183.200,00.

Nota 3: Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizam R\$ 12.910,54, sendo R\$ 12.910,54 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar não-processados, R\$ 0,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar processados e R\$ 0,00 decorrentes de outros recebimentos extra-orçamentários.

Nota 4: Saldo do exercício anterior

O saldo disponível em 31/12/2023 foi de R\$ 3.998,83, sendo R\$ 3.998,83 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

Nota 5: Despesa orçamentaria

O despesa orçamentária empenhada do exercício de 2024 totalizaram R\$ 193.871,66. Houve um aumento de R\$ 10.787,07 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 183.084,59.

Nota 6: Transferências financeiras concedidas

O valor das transferências concedidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras concedidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 0,00. Houve um aumento de R\$ 0,00 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 0,00.

Nota 7: Desembolsos extra orçamentários

Os desembolsos extra orçamentários totalizam R\$ 16.405,54, sendo R\$ 13.405,54 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de outros pagamentos extra-orçamentários, R\$ 0,00 decorrentes de pagamentos de restos a pagar não-processados e R\$ 3.000,00 decorrentes de pagamentos de restos a pagar processados.

Nota 8: Saldo para o exercício seguinte

O saldo disponível em 31/12/2024 foi de R\$ 2.790,49, sendo R\$ 2.790,49 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Resultado financeiro do período

O saldo final do exercício de 2024 totalizaram R\$ 118.650.197,58. Houve um aumento de R\$ 14.629.461,37 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 104.020.736,21.

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d9fb36b4-78f9-4a8c-8f33-40feb998fa5

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

+	Saldo do Exercício Anterior	3.998,83
+	Receita Orçamentária	658,32
+	Transferências Financeiras Recebidas	195.500,00
+	Recebimentos Extra Orçamentários	12.910,54
-	Despesas Orçamentárias	193.871,66
-	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
-	Pagamentos Extra Orçamentários	16.405,54
=	Saldo para o Exercício Seguinte	2.790,49

d.2. Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

d.3. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.4. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

d.5. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.6. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		195.500,00	183.200,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		195.500,00	183.200,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
REPASSE RECEBIDO		195.500,00	183.200,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00				

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):

Para Execução Orçamentária R\$ 195.500,00

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):

Para Execução Orçamentária R\$ 0,00

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

Nota Explicativa
Balanco Financeiro
Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
 Acesse em: <https://eacac-pe.gov.br/ep/p/validaDoc.seam> Código do documento: dfbf36d4-78f9-4a8c-8f33-40f6bc598fa5

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

EDER MARCONI VIEIRA
CONTADOR CRC: PE - 027904/0-8